

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Novembro de 2010

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Reitora:

Cláudia Schiedeck Soares de Souza

Pré-Reitor de Ensino

Sérgio Wortmann

Diretor do Campus:

Paulo Roberto Sangoi

Telefone: 51 – 3308-5169

e-mail: sangoi@via-rs.net

Vice-Diretor do Campus e Diretor de Ensino

Júlio Xandro Heck

Telefone: 51 – 3308-5084

e-mail: julioxan@ufrgs.br

Endereço:

Rua Ramiro Barcelos, nº 2777

Bairro Santana

Porto Alegre, RS

(51) 3308 5110

CEP: 90035-007

Site:

<http://www.ifrspoa.edu.br>

Área do Plano:

Gestão e Negócios

Habilitação:

Técnico em Contabilidade

Carga Horária Total: 900 horas

Comissão Elaboradora do Projeto Pedagógico:

Egon Claus Steinstrasser (Coordenador)

Carmem Haab Lutte Cavalcante

Diego De Oliveira Carlin

Sonia Beatriz Silveira Alves

Fabiana Grala Centeno

Ato De Criação

Dados Gerais – Tipo:

- Bacharelado Sequencial Licenciatura
 Curso Superior de Tecnologia Outros

Técnico: Integrado Concomitante Interno Concomitante Externo

Subsequente Outros

Modalidade: Presencial a distância

Código do Curso Antigo:

Código de Habilitação Antigo:

Denominação do Curso: CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Habilitação: Técnico em Contabilidade

Local da Oferta: Campus Porto Alegre/IFRS

Turno de Funcionamento: Noturno

Número de vagas: 35 vagas

Periodicidade da oferta: Semestral

Carga Horária Total: 900 horas

Mantida: IFRS

Data: Dezembro 2010 .

2 SUMÁRIO

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	1
<i>Ato De Criação</i>	2
2 SUMÁRIO	3
3 APRESENTAÇÃO	4
4 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS	5
4.1 HISTÓRICO DO CAMPUS.....	5
4.2 AREAS DE ATUAÇÃO	8
4.3 MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS	9
4.4 PÚBLICO ATENDIDO	9
5 JUSTIFICATIVA	10
6 OBJETIVOS	11
6.1 OBJETIVO GERAL.....	11
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
7 PERFIL DO PROFISSIONAL EGRESSO	12
8 PERFIL DO CURSO	12
9 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO	14
10 REQUISITOS DE ACESSO	16
11 FREQUÊNCIA MÍNIMA OBRIGATÓRIA	16
12 PRESSUPOSTOS DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	17
13 PROGRAMAS POR DISCIPLINAS	18
14 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES	29
15 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	29
15.1 EXPRESSÃO DOS RESULTADOS	29
15.2 DA RECUPERAÇÃO	30
16 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E BIBLIOTECA	30
17 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO	31
18 CERTIFICADOS E DIPLOMA	32
19 CASOS OMISSOS	32
<i>Os casos omissão serão encaminhados para a Coordenação do Curso Técnico em Contabilidade e Direção de Ensino</i>	32
20 REFERÊNCIAS	32

3 APRESENTAÇÃO

A contabilidade – enquanto ciência, técnica ou arte – está em constante desenvolvimento em resposta às mudanças ocorridas no ambiente social na qual está inserida. Esse desenvolvimento tem sido fortemente ampliado nos últimos anos em função do processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade, tanto no ser privado, quanto público. Além disso, mudanças nos aspectos tributários e societários passam a ter uma importância cada vez maior, caracterizando a contabilidade efetivamente como um instrumento de apoio ao desenvolvimento das organizações. Em relação à convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais, destaca-se a edição da Lei n. 11.638/2007 e da Lei n. 11.941/2009, que alteraram substancialmente a Lei n. 6.404/1976 no que se refere aos aspectos contábeis, determinando assim profundas mudanças na Contabilidade brasileira, não só nos aspectos operacionais da profissão, mas também na forma de pensar sob a nova orientação do princípio da Essência sob a Forma, consagrado nesse processo de convergência. Na contabilidade aplicada ao setor público, a Portaria 184 do Ministério da Fazenda, de 25/08/2008, estabelece claramente a necessidade de os entes públicos se adaptarem aos padrões internacionais de contabilidade aplicados ao setor público, estabelecendo o prazo de 2011 para a União e Estados e 2013 para os Municípios.

Além desses fatores, destaca-se também o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), aprovado pelo Decreto n. 6.022, de 22/01/2007, projeto integrante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, que visa, nos termos da Emenda Constitucional n. 42, modernizar a sistemática atual do cumprimento de obrigações acessórias, nas relações entre os contribuintes e as respectivas administrações tributárias, composto por três subprojetos: Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Por oportuno, a Lei Complementar n. 123/2006 estabeleceu uma política diferenciada às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), garantindo a estas empresas:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

Dessa forma, a contabilidade mostra-se claramente com um importante instrumento de gestão para as empresas, tanto no setor público quanto privado, em especial para as Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, pois toda organização necessita de um profissional de contabilidade, o que vem ao encontro do aspecto social e de contribuição para o interesse público do conhecimento contábil.

Em vista disso, o presente Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Contabilidade procura apresentar seus aspectos constitutivos e formais bem com os relacionados à sua importância na formação do profissional desejado.

4 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS

4.1 HISTÓRICO DO CAMPUS¹

No ano de 2009, a então Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) completou 100 anos de existência. Sua história se confunde com a própria história da UFRGS, desde sua fundação em 26 de novembro de 1909, como Escola de Comércio de Porto Alegre e em 2008, como Escola Técnica da UFRGS.

A Escola de Comércio de Porto Alegre foi criada anexa à Faculdade Livre de Direito, sendo mantida e custeada por ela durante um período de 35 anos. Nesse período, a Escola manteve dois cursos: o Curso Geral, que habilitava aos cargos da Fazenda, sem concurso, e as funções de guarda-livros e perito judicial, com dois anos de duração, que entrou em funcionamento em 1910; e o Curso Superior, que habilitava o acesso, sem concurso, aos cargos do Ministério das Relações Exteriores, Corpo Consular, Atuário de Companhias, chefe de Contabilidade de Empresas Bancárias e Grandes Casas comerciais, cujo pré-requisito era o Curso Geral, também com dois anos de duração.

A partir de 1916, a Escola de Comércio de Porto Alegre foi declarada como uma Instituição de “utilidade pública”, tendo seu trabalho reconhecido pelo Governo Federal.

Em 15 de fevereiro de 1933, a Congregação da Faculdade de Direito criou o Curso Propedêutico com três anos de duração e substituiu o Curso Geral pelo Curso de Técnico Perito Contador e, em 13 de maio do mesmo ano, a Escola foi colocada na órbita da

¹ Adaptado de SANGOI (2010).

Legislação Federal. Dentre as diversas modificações das Leis que regiam o ensino no Brasil, a Escola Técnica sempre se preocupou em adaptar-se a essas mudanças, qualificando seu ensino.

Em 28 de novembro de 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre, sendo a Faculdade de Direito e sua Escola de Comércio integradas à nova Universidade, passando a ser custeadas pelo Estado.

Em 1939 o Curso Técnico de Perito Contador foi substituído pelo Curso de Contador, que por sua vez deu lugar ao Curso Técnico de Contabilidade em 1948.

Em 11 de maio de 1945, foi criada a Faculdade de Economia e Administração. Assim, a Escola foi desvinculada da Faculdade de Direito e passou a fazer parte desta nova instituição de ensino.

Em 1947 a Universidade de Porto Alegre passou a ser mantida pelo Governo Federal, sendo denominada Universidade do Rio Grande do Sul – URGs.

Em 4 de dezembro de 1950, a Universidade passou a ser administrada pelo Governo Federal, com o nome de Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. A Faculdade de Economia e Administração e, respectivamente, a Escola de Comércio, agora denominada Escola Técnica de Comércio, passaram a integrar o sistema federal.

Neste momento inicia-se uma nova fase para a Escola. Em 1954 é criado o Curso Técnico de Administração e, em 1958, o Curso Técnico de Secretariado.

Somente na década de 60 a Escola passou a ter uma Direção própria, diferenciada da Faculdade de Ciências Econômicas. O primeiro Diretor foi o Professor Clóvis Vergara Marques, também professor do magistério superior da mesma Universidade, permanecendo 22 anos na direção da Escola Técnica. Hoje, a Biblioteca leva seu nome em homenagem a sua memória.

Com o advento da Lei 5.692, de 11/08/71, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, foram criados os seguintes cursos: Técnico em Operador de Computador (1975), transformado para Técnico em Processamento de Dados (1989), e para Técnico em Informática (1999); Técnico em Transações Imobiliárias (1976); Técnico em Comercialização e Mercadologia (1979); Suplementação em Contabilidade (1987); Técnico em Segurança do Trabalho e de Suplementação em Transações Imobiliárias (ambos em 1989).

Até fevereiro de 1994, a sede da Escola Técnica de Comércio manteve-se nos fundos do prédio da Faculdade de Ciências Econômicas. Com a expansão da oferta de cursos técnicos, início dos concursos públicos para docentes, ingresso de mais servidores técnico-administrativos, a luta pela obtenção de uma sede própria e nova ganhou mais força.

Um terreno localizado na Rua Ramiro Barcelos, ao lado do Planetário da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, ambos da UFRGS, foi escolhido para a construção da Escola, em novembro de 1989. A contrapartida da solicitação de recursos financeiros para a construção do prédio próprio da Escola foi a de abertura de novas vagas para a comunidade. E assim foi feito.

No dia 19 de maio de 1994, o Prédio da Escola Técnica, iniciado na administração do Prof. Aldo Antonello Rosito, é inaugurado pelo Senhor Ministro da Educação e do Desporto, Prof. Murílio Avellar Hingel e pelo Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Prof. Hélgio Trindade, sendo Diretora da Escola, naquele momento, a Profa. Liana Yara Richter.

No ano de 1996 entraram em funcionamento os cursos regulares de Técnico em Biotecnologia e Técnico em Química e os Cursos Pós-Técnicos de Controle e Monitoramento Ambiental, Redes de Computadores e Suplementação em Processamento de Dados. Mais tarde, em 1997, o curso de Suplementação em Secretariado.

Com seus novos cursos e sua nova visão do ensino técnico, em 1996 a Escola Técnica de Comércio da UFRGS passou a se chamar Escola Técnica da UFRGS.

Devido às reformulações das legislações do ensino técnico no ano de 1996, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os demais diplomas legais, a Escola Técnica passa a ministrar, no ano de 1999, somente cursos de educação profissional, tendo como pré-requisito para ingresso a conclusão do ensino médio, denominado à época 2º grau.

Ainda em 1999 (dezembro), a Escola Técnica firmou o convênio 124/99 com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no sentido de executar o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, Coordenado pela Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico do MEC. Este convênio permitiu que fosse investido na expansão da Escola Técnica, o valor de R\$ 1.883.512,55 (hum milhão, oitocentos e oitenta e três mil, quinhentos e doze reais cinquenta e cinco centavos). Estes investimentos foram projetados para obra física, aquisição de equipamentos laboratoriais e administrativos e materiais de apoio ao ensino aprendizagem. O projeto de obra física permitiu a construção, em forma de anexo ao prédio central, de mais 2.700m² traduzidos em 4 (quatro) pisos, com 20 (vinte) novos laboratórios e salas de apoio.

A Escola Técnica passou a utilizar, como frutos destes investimentos, 29 laboratórios, permitindo a expansão e melhor qualificação nas áreas de Química, Física, Biologia, Informática, Segurança do Trabalho e Língua Estrangeira. Como contrapartida destes

investimentos a Escola Técnica se comprometeu com o aumento de matrículas nos diversos cursos da educação profissional.

No ano de 2008, ano em que a Escola Técnica cumpre 99 anos de existência, passa a oferecer 11 (onze) cursos técnicos presenciais e um a distância (ETEC-BRASIL), bem como o PROEJA, nos turnos da manhã, tarde e noite.

Em 30 de dezembro de 2008, é publicada a Lei 11892/2008, que cria 38 Institutos Federais no País, entre eles o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Com isto, a Escola Técnica, até então vinculada a UFRGS, deixa de existir e passa a ter sua nova denominação como CAMPUS PORTO ALEGRE DO IFRS.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais. Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Em decorrência da reestruturação, o Campus Porto Alegre do IFRS, passou a ter uma nova estrutura administrativa e pedagógica, necessária para atender as demandas que virão com a criação de novos cursos técnicos e superiores.

4.2 AREAS DE ATUAÇÃO

Além dos cursos regulares, o Campus Porto Alegre oferece a Comunidade cursos de extensão e capacitação profissional, bem como, oficinas e cursos para pessoas com necessidades especiais.

Atualmente são oferecidos os seguintes Cursos Técnicos:

- Curso Técnico de Administração
- Curso Técnico de Biblioteconomia
- Curso Técnico de Biotecnologia
- Curso Técnico de Contabilidade

- Curso Técnico de Informática
- Curso Técnico de Meio Ambiente (presencial e a distância)
- Curso Técnico de Panificação e Confeitaria
- Curso Técnico de Química
- Curso Técnico de Redes de Computadores
- Curso Técnico de Secretariado
- Curso Técnico de Segurança do Trabalho
- Curso Técnico de Transações Imobiliárias
- Curso Técnico em Vendas – modalidade PROEJA
- Curso Técnico em Instrumento Musical: Flauta Doce ou Violão

Além dos seguintes Cursos Superiores:

- Licenciatura em Ciências da Natureza
- Tecnologia em Gestão Ambiental
- Tecnologia em Processos Gerenciais
- Tecnologia em Sistemas para Internet

Além dos cursos citados, o campus oferta, em parceria com o Grupo Hospitalar Conceição, o Curso Técnico em Registro e Informações em Saúde e as Especializações em Gestão da Atenção à Saúde do Idoso, Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Saúde da Família e Comunidade: Gestão, Atenção e Processos Educacionais.

4.3 MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Porto Alegre, conta com as modalidades presenciais e a distância.

4.4 PÚBLICO ATENDIDO

O IFRS Campus Porto Alegre recebe alunos de toda a região Metropolitana de Porto Alegre, tendo como pré-requisito a conclusão do ensino médio, para os curso técnico subseqüentes e o ensino fundamental, para o curso técnico na modalidade PROEJA. Atende tanto jovens recém-formados no ensino médio, assim como jovens graduados e profissionais já atuantes no mercado de trabalho e que buscam qualificação e/ou atualização.

5 JUSTIFICATIVA

A contabilidade é um dos conhecimentos mais antigos, tendo surgido pela necessidade de controle do patrimônio. Seu desenvolvimento se deu com a busca de instrumentos que permitissem ao gestor do patrimônio controlar e mensurar resultados e, a partir de informações geradas, tomar suas decisões.

Com o passar do tempo, a contabilidade passou a interessar a vários tipos de usuários como, por exemplo, acionistas e fornecedores.

A contabilidade tem conquistado importância em todas as organizações. É mais do que uma exigência legal, é também uma fonte de informações importantes na gestão das empresas.

No que se refere à legislação, o Novo Código Civil Brasileiro (Lei n. 10.406/2002) traz a obrigatoriedade da escrituração contábil e a exigência da realização do balanço anual e o de resultado econômico, assinado por profissionais da contabilidade juntamente com o empresário (art. 1.182). Assim, a escrituração contábil ficará sob a responsabilidade de contabilista legalmente habilitado.

A atuação do profissional contábil, além do aspecto operacional, de registros, também alcança a gestão de informações, aumentando sua contribuição para o crescimento das organizações.

Sendo a contabilidade importante e necessária em todas as organizações e considerando o crescimento do número de empresas, são necessários profissionais habilitados na área contábil. Com isso, o Técnico em Contabilidade tem uma grande possibilidade de atuação e pode trabalhar tanto em empresas públicas como privadas ou, ainda, em empresa própria.

Nesse sentido, observa-se que a Região Metropolitana de Porto Alegre oferece um significativo número de oportunidades de trabalho na área contábil.

O Curso Técnico em Contabilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Porto Alegre, proporciona habilidades facilitando a entrada no mercado de trabalho, possibilitando a atuação do egresso em empresas públicas e privadas como escritórios de contabilidade, empresas comerciais e industriais, bancos e instituições financeiras, entre outros.

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Preparar para o exercício profissional na área contábil, desenvolvendo conhecimentos sobre o registro e controle do patrimônio de empresas comerciais, industriais ou prestadoras de serviços, tanto do setor público como do setor privado.

6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Habilitar para a constituição, alteração e extinção de empresas;
- Habilitar para o registro das operações e elaboração das Demonstrações Contábeis;
- Apurar, calcular e interpretar as informações sobre os custos, os métodos e sistemas de custeio;
- Demonstrar o cálculo e a apuração dos tributos nos níveis Federal, Estadual e Municipal;
- Conhecer as operações relacionadas à folha de pagamento e cálculo de benefícios.
- Apresentar técnicas de análise da situação econômica e financeira da entidade;
- Demonstrar o processo de elaboração e acompanhamento orçamentário tanto no setor público quanto privado;
- Entender a ética dentro da profissão contábil, considerando o Código de Ética Profissional;
- Conhecer a legislação pertinente a área contábil.

7 PERFIL DO PROFISSIONAL EGRESSO

O Técnico em Contabilidade é o profissional que efetua o registro das transações financeiras e patrimoniais da organização e examina os respectivos documentos hábeis de carácter contábil, fiscal, financeiro, patrimonial e auxiliares; Analisa a documentação contábil e elabora planos de determinação das taxas de depreciação e exaustão dos bens materiais, de amortização dos valores imateriais; Organiza, controla e arquiva os documentos relativos à atividade contábil e controla as movimentações; Registra as operações contábeis da empresa, ordenando os movimentos pelo débito e crédito; e Prepara a documentação, apura haveres, direitos e obrigações legais (CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS, 2008).

O Técnico em Contabilidade egresso do IFRS Campus Porto Alegre deverá ter condições de:

- Identificar e interpretar diretrizes do planejamento e dos projetos organizacionais;
- Identificar as bases do sistema orçamentário e das estruturas societárias das organizações;
- Conhecer operações do ciclo de pessoal relacionados à execução da folha de pagamento, cálculo de benefícios e disposições legais;
- Interpretar a legislação trabalhista e tributária da competência Federal, Estadual e Municipal;
- Compreender e analisar procedimentos relacionados à gestão do ciclo financeiro;
- Coordenar operações relacionadas aos ciclos contábil, comercial, industrial, bancário e público;
- Avaliar processos de elaboração dos orçamentos financeiro, administrativo, industrial, comercial, patrimonial e outros;
- Analisar e interpretar a estrutura das demonstrações contábeis;
- Agir de acordo com as normas e procedimentos enunciados no Código de Ética Profissional, com responsabilidade social, com conhecimento dos aspectos humanos envolvidos no trabalho em equipe, para atingir a qualidade requerida no exercício da profissão.

8 PERFIL DO CURSO

O Ensino Profissional em Contabilidade na Escola Técnica da UFRGS data de 26 de novembro de 1909, como Curso de “Técnico Perito-Contador”. Em 1939, esse curso foi

substituído pelo Curso de Contador, o qual, em 1948, passou a chamar-se Curso Técnico em Contabilidade.

O Projeto do Curso Técnico em Contabilidade foi construído e implantado a partir da identificação das necessidades apresentadas pelo mercado e que demonstram as características exigidas do profissional, considerando a realidade regional.

O Projeto do Curso Técnico tem como alicerce a concepção de que o profissional de contabilidade exerce um papel social de significativa importância nas organizações. Além de fazer os registros contábeis necessários, também auxilia na gestão das empresas gerando informações relevantes para o controle e tomada de decisões.

A proposta curricular busca trabalhar conhecimentos de áreas específicas e áreas afins que complementam o perfil do egresso, enfatizando a qualidade como instrumento de comprometimento com a formação do Técnico em Contabilidade.

Dessa forma, o Curso Técnico em Contabilidade busca proporcionar qualificação para ingresso a curto prazo no mercado de trabalho ou atualização para profissionais já atuantes.

9 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

O Curso Técnico em Contabilidade possui uma estrutura curricular articulada com pré-requisitos obrigatórios entre as disciplinas, organizadas numa matriz curricular. Contudo, os pré-requisitos são apenas os necessários para que o curso possa ser dinâmico e flexível, conforme Quadro a seguir:

CURSO TÉCNICO DE CONTABILIDADE	
SEMESTRE II	
Disciplina (Código)	Pré-Requisito
Matemática Financeira Comercial (MAF004)	Introdução à Matemática Financeira (MAF003)
Contabilidade Comercial (CON003)	Introdução à Contabilidade Geral (CON010)
Contabilidade Comercial Informatizada (CON005)	Introdução à Contabilidade Geral (CON010)
SEMESTRE III	
Matemática Financeira Bancária (MAF005)	Matemática Financeira Comercial (MAF004)
Contabilidade de Custos (CON006)	Contabilidade Comercial (CON003)
Contabilidade Societária (CON008)	Contabilidade Comercial (CON003)

Visando a uma formação com qualidade e que responda aos interesses da demanda profissional e empresarial, as disciplinas estão agrupadas em três eixos temáticos, a saber:

- Geral: disciplinas embasadas em diversas ciências que contribuem para a formação do profissional da Contabilidade;
- Instrumental: disciplinas originárias de outras ciências que apresentam técnicas e processos utilizados pela Contabilidade, em especial ciências exatas, jurídicas e de informática.
- Específico: disciplinas específicas da área de Contabilidade, envolvendo todo o processo contábil empresarial, abrangendo tanto o setor público e privado.

As disciplinas e eixos temáticos podem ser visualizados na figura a seguir.



10 REQUISITOS DE INGRESSO

Para ingresso nos cursos técnicos do Campus, o aluno deve ter concluído o Ensino Médio. O ingresso aos cursos do Campus se dá através de um Exame de Seleção que é organizado pela COPESE – Comissão Permanente de Seleção. Neste Exame de Seleção é realizada uma prova com conhecimentos do Ensino Médio.

O período de inscrição, os cursos, o número de vagas e o turno de funcionamento dos cursos, quando oferecidos, bem como o valor da taxa de inscrição, são divulgados em editais próprios para cada Exame de Seleção.

Anualmente ocorrem 2 (dois) Exames de Seleção; um em dezembro para ingresso no 1º semestre do ano seguinte, e outro em julho para ingresso no 2º semestre do ano em curso.

Do total das vagas oferecidas para o curso, serão garantidas 50% (cinquenta por cento) para candidatos que optarem pelo Sistema de Ingresso ENEM e 50% (cinquenta por cento) para candidatos que optarem pelo Sistema de Ingresso via Exame de Seleção.

11 FREQUÊNCIA MÍNIMA OBRIGATÓRIA

Para garantir aprovação o aluno deverá ter frequência mínima de 75% em cada disciplina nas quais estiver matriculado no semestre.

12 PRESSUPOSTOS DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso Técnico em Contabilidade tem a seguinte matriz curricular:

Disciplina	Código	Carga Horária semanal
Semestre I		
Informática Geral	INF030	4
Direito I	DIR001	2
Prática para Constituição de Sociedades	CON009	4
Introdução à Matemática Financeira	MAF003	2
Introdução à Contabilidade Geral	CON010	4
Psicologia Empresarial	CSH007	2
Língua Portuguesa	COE012	2
		Total Semestre = 20h/a
Semestre II		
Matemática Financeira Comercial	MAF004	2
Contabilidade Comercial	CON003	6
Contabilidade Bancária	CON004	2
Contabilidade Comercial Informatizada	CON005	2
Direito Trabalhista Aplicado	DIR006	4
Probabilidade e Estatística	CIE001	2
Redação Técnica	COE001	2
		Total Semestre = 20h/a
Semestre III		
Direito Tributário Aplicado	DIR007	2
Matemática Financeira Bancária	MAF005	2
Contabilidade de Custos	CON006	5
Contabilidade Orçamentária Pública	CON007	2
Contabilidade Societária	CON008	7
Inglês Instrumental	COE004	2
		Total Semestre = 20 h/a

13 PROGRAMAS POR DISCIPLINAS

Os programas por disciplina do Curso Técnico em Contabilidade estão demonstrados a seguir.

Semestre I

Informática Geral

Ementa: Conhecimento geral do sistema em funcionamento da escola, noções gerais de Informática, Internet, bem como ferramentas para confecção de textos e apresentações.

Bibliografia Básica:

STANEK, William Robert. **Microsoft Windows Server 2003: guia de bolso do administrador**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

STANEK, William Robert. **Microsoft Windows XP Professional: guia de bolso do administrador**. 2. ed.. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BATTISTI, Julio. **Windows XP: Home e professional para usuários e administradores**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2006.

Bibliografia Complementar:

BARBER, Brian; et alli. **Configuração e Solução de Problemas Windows XP Professional**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2003.

MORAZ, Eduardo. **Explorando os Recursos do Windows Vista**. São Paulo: Digerati, 2008.

BALLEW, Joli. **Breakthrough Microsoft Windows Vista**. São Paulo: Microsoft Press, 2007.

SIMPSON, Alan. **Alan Simpson's Windows Vista Bible**. John Wiley Consumer, 2007.

ROSCH, Winn L.. **Desvendando o Hardware do PC**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

Direito I

Ementa: Noções sobre o Direito, Personalidade Jurídica, Pessoa Natural. . A ordem econômica na constituição: estado e social e liberdade de mercado na Constituição. Economia e Direito: a regulação jurídica do mercado, Transformações e atualidades do direito empresarial. Conceitos fundamentais de direito empresarial. Direito societário: as sociedades simples e as sociedades empresárias. Tipologia das sociedades empresárias. Princípio da separação patrimonial X desconsideração da personalidade jurídica. A teoria menor e a teoria menor da desconsideração. O comércio eletrônico. Contratos mercantis.

Bibliografia Básica:

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. Renovar.

Bibliografia complementar:

FRANCO, Vera Helena de M; CARRAZZA, Roque A (Orgs.); **Código comercial, código tributário nacional, constituição federal**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Saraiva.

Prática para Constituição de Sociedades

Ementa: Conhecimento e interpretação da legislação das sociedades. Preparar a documentação, formulários para realizar a abertura de empresas (sociedades) nos órgãos competentes, aplicando a legislação comercial e tributária, e observando os requisitos específicos dos diversos segmentos (comércio, indústria e prestação de serviço). Controlar e apurar os custos e tributos apurados na abertura de empresas.

Bibliografia Básica:

Lei Complementar 123/06

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm

Lei 10.406 de 10/01/2002 (Código Civil).

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm

Novo Código Civil

<http://www.jucems.ms.gov.br>

Bibliografia Complementar:

Receita Federal: <http://www.receita.fazenda.gov.br/>

Previdência Social: <http://www.previdenciasocial.gov.br/>

Junta comercial do Rio Grande do Sul: <http://www.jucergs.rs.gov.br/index.asp>

Sebrae: <http://www.sebrae-rs.com.br>

Prefeitura Municipal de Porto Alegre: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo

Secretária da Fazenda Estadual: <http://www.sefaz.rs.gov.br>

CRCRS: <http://www.crcrs.org.br>

Introdução à Matemática Financeira

Ementa: Juros Simples. Descontos Simples. Cálculo de Montante. Equivalência de Títulos. Operação de Compra e Venda de Mercadorias.

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática Financeira e suas aplicações**. São Paulo: Atlas

BAUER, Udibert Reinold. **Matemática Fundamental**. São Paulo: Atlas

CRESPO, Antônio Arnot. **Matemática financeira Fácil**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar:

FRANCISCO, Walter de. **Matemática Financeira**, São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, José Maria. MATIAS, Washington Franco Matias. **Matemática Financeira**. São Paulo: Atlas.

HAZZAN, Samuel. **Matemática Financeira**. São Paulo: Saraiva, 2001.

MARINO, Fabrício. **Matemática Financeira para concursos**. Rio de Janeiro: Campus

SOBRINHO, José Dutra Vieira. **Matemática Financeira**. São Paulo: Atlas, 1996.

VERAS, Lília Ladeira. **Matemática Financeira**. São Paulo: Atlas.

Introdução à Contabilidade Geral

Ementa:

Conhecimento sobre Patrimônio e suas variações, Escrituração contábil, Lançamentos de Diário e Razão, Planos de Contas-Classificação e Função das Contas, Ajustes do exercício, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Depreciação. Apuração do Resultado do Exercício, Demonstrativos Contábeis-Balancetes, Demonstração do Resultado do Exercício e Balanços Patrimoniais, Sistema Informatizado Didático - ACCOUNT, Imposto de Renda de Pessoa Física, Fluxo de Caixa Básico.

Bibliografia Básica:

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Contabilidade Introdutória**. São Paulo: Atlas.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Fácil**. São Paulo: Saraiva.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. São Paulo: Atlas.

Bibliográfica Complementar:

PILETTI, Balduino. **Contabilidade Básica**. Ática.

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade**. Santos Marcond.

AREND, Lauro R. **Contabilidade**. Sagra Luzzatto.

CRCRS: <http://www.crcrs.org.br>

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007.../lei/l11638.htm

www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/.../lei11941.htm

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_.../449.htm

Psicologia Empresarial

Ementa: A disciplina tem como conteúdo uma introdução no mundo do trabalho desde uma perspectiva histórica chegando ao momento atual, enfocando as características e demandas do contexto globalizado do trabalho.

Bibliografia Básica:

PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.

POSSAMAI, Hélio – **A Representação Social do Acidente de Trabalho**; dissertação de mestrado; PG em Psicologia Social, PUCRS, 1998.

STREY, Marlene et alii – **Psicologia Social Contemporânea**; Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

Bibliografia Complementar:

BALCÃO, Yolanda F. e CORDEIRO, Laerte L.; **O Comportamento Humano na Empresa**; Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1985.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. v. 2. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

CARMO, Paulo Sérgio do; **A Ideologia do Trabalho**; São Paulo, Moderna, 1992 – (Coleção Polêmicas).

CARMO, Paulo Sérgio do; **O Trabalho na Economia Global**; São Paulo, Moderna, 1998 – (Coleção Polêmicas).

Língua Portuguesa

Ementa: Prática de produção de texto oral. Noções acerca da adequação sócio-comunicativa. Estudo das relações entre oralidade e escrita. Construção do conceito de texto. Análise de textos. Introdução à estrutura textual. Análise dos articuladores e dos operadores argumentativos. Reflexão acerca das estratégias argumentativas. Revisão gramatical aplicada ao texto. Prática de produção textual: uso dos diferentes gêneros discursivos.

Bibliografia Básica:

FIORIN, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. 5ed. São Paulo: Ática, 2006.

FIORIN, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 17ed. São Paulo: Ática, 2007.

Bibliografia Complementar:

NICOLA, José de. **Gramática da palavra, da frase, do texto**. São Paulo: Scipione, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KOCH, Ingedore Villaça. **A coesão textual**. 21ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____, TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 17ed. São Paulo: Contexto, 2006.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. **Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Semestre II

Matemática Financeira Comercial

Ementa: Juros Compostos. Rendas Financeiras.

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática Financeira e suas aplicações**. São Paulo: Atlas

BAUER, Udibert Reinold. **Matemática Fundamental**. São Paulo: Atlas

CRESPO, Antônio Arnot. **Matemática financeira Fácil**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar:

FRANCISCO, Walter de. **Matemática Financeira**, São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, José Maria. MATIAS, Washington Franco Matias. **Matemática Financeira**. São Paulo: Atlas.

HAZZAN, Samuel. **Matemática Financeira**. São Paulo: Saraiva, 2001.

MARINO, Fabrício. **Matemática Financeira para concursos**. Rio de Janeiro: Campus

SOBRINHO, José Dutra Vieira. **Matemática Financeira**. São Paulo: Atlas, 1996.

VERAS, Lília Ladeira. **Matemática Financeira**. São Paulo: Atlas.

Contabilidade Comercial

Ementa: Compra e venda de mercadorias. Apuração de ICMS e IPI a pagar. Apuração da ficha de estoques pelos métodos: UEPS, PEPS e Média Ponderada. Cálculo das depreciação e amortização. Folha de Pagamento. Provisões PCLD e Encargos Sociais. Descontos com duplicatas. Seguros.

Bibliografia Básica:

FRANCO, Hilário; **Contabilidade Comercial**; última edição. Editora Atlas. 2007.
NEVES, Silvério das e VICECONTI, Paulo Eduardo. **Contabilidade Básica**, 12º edição. Editora Frase Ltda, 2004.
RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso básico de contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
IUDÍCIBUS, Sergio de. **Contabilidade comercial**. São Paulo: Atlas, 2004.
MARION, José Carlos, IUDICIBUS, Sergio de. **Contabilidade Comercial**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
PADOVEZE, Clovis Luis. **Manual de contabilidade básica**: contabilidade introdutória e intermediária. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Contabilidade Bancária

Ementa: Conhecimento da estrutura e funcionamento do Sistema Financeiro Nacional e das entidades que o compõem. Identificação e análise da estrutura e funcionamento do Plano de Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF). Compreensão e contabilização das principais operações realizadas pelas Instituições Financeiras, bem como da estrutura das suas demonstrações contábeis.

Bibliografia Básica:

MOREIRA, Claudio Filgueiras. **Manual de Contabilidade Bancária**. Série Provas e Concursos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de Instituições Financeiras**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
LIMA, Iran Siqueira; et al. **Curso de Mercado de Capitais**: tópicos especiais. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

PURIFICAÇÃO, Carlos Alberto. **Contabilidade Bancária**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.
SILVESTRE, A. **Contabilidade Bancária**. São Paulo: Atlas, 1999.

Referências Complementares:

Constituição Federal do Brasil/88 – arts. 48, 163 e 192. www.planalto.gov.br
Lei n. 4.594/1964 (Lei da Reforma do Sistema Financeiro Nacional)
Lei n. 4.728/1965 (Lei do Mercado de Capitais)
Lei n. 6.385/1997 (Lei da Comissão de Valores Mobiliários)
Lei n. 6.404/197 (Lei das Sociedades Anônimas)

Contabilidade Comercial Informatizada

Ementa: Desenvolver as operações contábeis de uma empresa, comercial, industrial ou prestação de serviço por meio de sistema didático contábil. Apurar Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício e os devidos ajustes dessas demonstrações, extraindo informações precisas, rápidas e confiáveis das variações patrimoniais.

Bibliografia Básica:

Programa Didático Account.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Comercial Fácil, 16ª edição 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade.

MARION, J.Carlos. Contabilidade Básica.

Bibliografia Complementar:

OLIVEIRA, Edson. Contabilidade Informatiza: Teoria e Prática

CRCRS: <http://www.crcrs.org.br>

Receita Federal: <http://www.receita.fazenda.gov.br/>

Previdência Social: <http://www.previdenciasocial.gov.br/>

Sebrae: <http://www.sebrae-rs.com.br>

Prefeitura Municipal de Porto Alegre: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo

Secretária da Fazenda Estadual: <http://www.sefaz.rs.gov.br>

Direito Trabalhista Aplicado

Ementa: Espécies normativas e sua hierarquia. Distinção entre as diversas funções regulatórias das relações sociais. Direitos fundamentais e infraconstitucionais relacionados ao trabalho.

Bibliografia Básica:

ASSIS, J. Carlos de. **Trabalho como direito: fundamentos para uma política de pleno emprego**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002. ISBN: 85-85910-47-X.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Vozes, 1998. ISBN 8532619541.

PEREIRA, Osny Duarte. **Quem faz as leis no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

Bibliografia Complementar:

LASALLE, Ferdinand. **O que é uma constituição?** Belo Horizonte, Líder, 2004. ISBN-10: 8588466104.

LIEBKNECHT, KARL. Acerca da Justiça de Classe, São Paulo-Munique-Paris : Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2002

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil**. Em: MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, Vozes, 1997. ISBN 8532624790.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 2000. ISBN 8535205985.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **Para além da ambigüidade: uma reflexão histórica sobre a CF/88**. Em: CARDOSO JR., José Celso. **A Constituição brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômica e social - Volume 1**. Brasília, IPEA, 2009. ISBN 978-85-7811-020-8.

Probabilidade e Estatística

Ementa: Estudo quantitativo dos fatores que interferem em ambientes relacionados à área de Contabilidade, fornecimento de subsídios para a melhoria na tomada de decisão, tais como, a elaboração de pesquisas, execução da metodologia a ser utilizada para atingir os objetivos propostos e a apresentação dos resultados obtidos, segundo as normas técnicas de apresentação.

Bibliografia Básica:

MILONE, Giuseppe. **Estatística Geral e Aplicada**. São Paulo: Thomson Learning, 2004.

NOVAES, Diva Valério; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. **Estatística para a educação profissional**. São Paulo: Atlas, 2009.

TIBONI, Conceição Gentil Rebelo. **Estatística Básica para os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Tecnológicos e de Gestão**. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística Fácil**. 19ª edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

LEVIN, Jack. **Estatística Aplicada às Ciências Humanas**. Ed. Harbra. São Paulo, 1987.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação**. 14ª ed. Porto Alegre, 2007.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 6ª ed. Editora da UFSC, Florianópolis, 2006.

ECHEVESTE, Márcia Elisa. **Noções de Pesquisa de Mercado**. UFRGS, Engenharia da Produção. Porto Alegre, 2006.

Redação Técnica

Ementa: Revisão das noções acerca da estrutura textual. Caracterização da redação técnica. Prática de produção de textos típicos do meio profissional. Revisão gramatical.

Bibliografia Básica:

BECHARA, Evanildo. Gramática. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

KASPARY, Adalberto J. **Português para profissionais**. São Paulo: Editora, 2006.

PEIXOTO, Francisco Balthar. **Redação na vida profissional: setores públicos e privados**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Bibliografia Complementar:

BELTRÃO, Odacir.; BELTRÃO, Mariusa. **Correspondência: linguagem e comunicação**. São Paulo: Atlas, 1998.

GARCIA, Luiz. **Manual de redação e estética**. São Paulo: Globo, 1994.

NICOLA, José de. **Gramática da palavra, da frase, do texto**. São Paulo: Scipione, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. **Correspondência: técnicas de comunicação criativa**. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVEIRA, Martins dileta. **Português Instrumental**. Lúblia Scliar Zilberknop. 18º Ed, 1996.

Semestre III

Direito Tributário Aplicado

Ementa: Função fiscal e função extrafiscal dos tributos. Distinção entre espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições de melhoria e contribuições sociais. Bases de incidência. Tributos em espécie. Garantias constitucionais tributárias. Parafiscalidade.

Bibliografia Básica:

KHAIR, A. **Prioridade à Justiça Tributária**. Disponível online em <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/akhair220408.pdf>.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Disponível online em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível online em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

Bibliografia complementar:

AGUIAR, L.C. **O princípio da capacidade contributiva como instrumento para a realização da justiça tributária**. Disponível online em

<http://www.buscalegis.ufsc.br/arquivos/DISSERTA%C7%C3O%20VERS%C3O%20FINAL.pdf>.

LASALLE, Ferdinand. **O que é uma constituição?** Belo Horizonte, Líder, 2004. ISBN-10: 8588466104.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil**. Em: MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, Vozes, 1997. ISBN 8532624790.

MARTINS, M.M. **Sistema tributário injusto – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social conclui que tributação perpetua desigualdades**. Em: **Desafios** nº 52. Brasília, IPEA, julho de 2009.

SANTOS, C.H.; GENTIL, D. **Uma Reflexão Não Convencional sobre a Evolução do Sistema Tributário nos últimos 20 anos**. Brasília, IPEA, 2008. Disponível online em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/CF88tributario.pdf>.

Matemática Financeira Bancária

Ementa: Rendas financeiras Diferidas. Sistema de amortizações: método francês, Tabela Price, sistema de amortização constante(SAC).

Bibliografia Básica:

SOBRINHO, José Dutra Vieira. **Matemática Financeira**, 5ª edição. Editora Atlas, 1996.

HAZZAN, Samuel. **Matemática Financeira**, 5ª edição. Editora Saraiva, 2001.

FRANCISCO, Walter de. **Matemática Financeira**, 7ª edição. Editora Atlas, 1994

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática Financeira e suas aplicações**. São Paulo: Atlas

BAUER, Udibert Reinold. **Matemática Fundamental**. São Paulo: Atlas

CRESPO, Antônio Arnot. **Matemática financeira Fácil**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar:

FRANCISCO, Walter de. **Matemática Financeira**, São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, José Maria. MATIAS, Washington Franco Matias. **Matemática Financeira**. São

Paulo: Atlas.

HAZZAN, Samuel. **Matemática Financeira**. São Paulo: Saraiva, 2001.

MARINO, Fabrício. **Matemática Financeira para concursos**. Rio de Janeiro: Campus

SOBRINHO, José Dutra Vieira. **Matemática Financeira**. São Paulo: Atlas, 1996.

VERAS, Lilia Ladeira. **Matemática Financeira**. São Paulo: Atlas.

Contabilidade de Custos

Ementa: Introdução à contabilidade de custos. Terminologia básica de custos. Elementos e classificação dos custos. Distribuição dos custos aos produtos. Departamentalização. Composição dos custos de produção: MOD, MAT, CIF. Sistemas de acumulação de custos. Sistemas de custeio: Absorção e Variável ou Direto. Custos para controle. Custos para tomada de decisões. Formação do preço de venda.

Bibliografia Básica

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEONE, George Sebastião Guerra. Custos: planejamento, implantação e controle. São Paulo: Atlas, 2008.

BORNIA, Antonio César. Análise Gerencial de Custos: aplicação em empresas modernas. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

IUDICIBUS, Sergio de. **Análise de Custos**. São Paulo: Atlas, 1993.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 1998.

CONSELHO Regional de Contabilidade SP. **Curso sobre Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 1992.

CONSELHO Regional de Contabilidade SP. **Custo como Ferramenta Gerencial**. São Paulo: Atlas, 1995.

Contabilidade Orçamentária Pública

Noções de Contabilidade Pública. Orçamento Público. Lei de Responsabilidade Fiscal. Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Anexo de Metas Fiscais, Anexo de Riscos Fiscais, Lei do Orçamento Anual (LOA), Receitas Públicas e Despesas Públicas.

Bibliografia Básica:

PIRES, João Batista Fortes de Souza. Contabilidade Pública.
GARSON, Sol, et al. Estruturas e Mecanismos de Gestão Municipal.
VAINER, Ari, ALBUQUERQUE, Josélia, GARSON, Sol. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Bibliografia Complementar:

CFC Conselho Federal de Contabilidade. Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal. Constituição Federal de 1988
Lei nº 4320 de 17/03/1964
Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)
Lei nº 10028 de 19/10/2000
Decreto nº 2829 de 29/10/1998
Portaria nº 42 de 14/04/1999 MPOG
Portaria nº 471 de 19/09/2000 – STN- MF
Portaria Interministerial nº 163 de 04/05/2001- MF e MPOG
Portaria nº 211 de 04/06/2001 – STN – MF
Portaria nº 212 de 04/06/2001 – STN – MF
Portaria Interministerial nº 325 de 27/08/2001 – MF e MPOG
Portaria nº 326 de 27/08/2001- STN - MF

Contabilidade Societária

Ementa: Operações com mercadorias. ICMS, IPI, PIS, COFINS. Duplicatas descontadas. Provisão para devedores duvidosos. Folha de pagamento. Ativo imobilizado. Contas do Patrimônio Líquido. Lucro presumido e Lucro real. IRPJ e CSLL. Participações no lucro. DRE. Distribuições do resultado, DLPA. DMPL. DFC. BP. Análise de Balanço: análise horizontal, análise vertical, análise por meio de índices econômicos e financeiros. Trabalho de conclusão.

Bibliografia básica

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Contabilidade comercial**. São Paulo: Atlas, 2004.
MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**. São Paulo: Atlas, 2003.
RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 1996.
FAVERO, Hamilton Luiz, et al. **Contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1997.
MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 1996.
ZDANOWICZ, Jose Eduardo. **Fluxo de caixa**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.
NEVES, Silvério das, VICENCONTI, Paulo E.V. **Contabilidade básica**. São Paulo: Frase Editora, 2006.

Inglês Instrumental

Ementa: A disciplina de Inglês Instrumental aborda a leitura de textos técnicos da área de contabilidade em língua inglesa pelo uso de estratégias de compreensão textual.

Bibliografia Básica

DICIONÁRIO OXFORD ESCOLAR Para estudantes brasileiros de Inglês. Português/Inglês – Inglês/Português. Oxford University Press. 2007.

MICHAELIS: Pequeno Dicionário/ Inglês - Português. Português - Inglês. São Paulo. Ed. Melhoramentos. 1992.

MINI COLLINS. Dicionário Português/Inglês – Inglês/Português. Ed. Siciliano. 1994.

Bibliografia Complementar:

BADGER, I, P. MENZIES, D. DANIEL. American Business English Program. London: Macmillan Publishers. 1994.

DUMMETT, P., C. BENN. Business First. A First Course in Business English. London: Heinemann. 1992.

GRANT, D. , R. MCLARTY. Business Basics. Oxford: Oxford University Press. 1995.

HOLLET, V. Business Objectives. Oxford University Press. 1997.

HOWARD-WILLIAMS, D., C. HERD. Business Words. Essencial Business English Vocabulary. London: Heinemann. 1992.

14 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES

Os alunos que já concluíram disciplinas em cursos equivalentes ou superiores, os transferidos ou reingressantes poderão solicitar aproveitamento de estudos, e consequente dispensa de disciplinas, mediante à abertura de processo, instruído de requerimento com especificação de disciplinas a serem aproveitadas, Histórico Escolar ou Certificação, acompanhado da descrição de conteúdos ou súmula de componentes curriculares autenticados, com vistas à análise da Coordenação de cada Curso .

O pedido de aproveitamento de estudos deverá ser feito nos prazos determinados no Calendário Escolar. A liberação do aluno da frequência às aulas dar-se-á a partir da assinatura de ciência no seu processo de aproveitamento de estudos.

15 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As avaliações ocorrem durante o semestre, sendo que os professores podem utilizar variados instrumentos com a finalidade de analisar o aproveitamento obtido pelo aluno. Como exemplos, podem ser citados: trabalhos individuais e em grupos, seminários temáticos, provas teóricas e práticas, relatórios, observações em diferentes ambientes de aprendizagem, projetos, visitas técnicas e auto-avaliação.

15.1 EXPRESSÃO DOS RESULTADOS

A avaliação final do aluno em relação às disciplinas será assim registrada:

- a) A - Conceito Ótimo;
- b) B - Conceito Bom;
- c) C - Conceito Regular;
- d) D - Conceito Insatisfatório;
- e) E - Falta de Frequência.

O aluno em cuja avaliação final constar os conceitos A, B ou C, será considerado **APROVADO** e poderá matricular-se em disciplinas da sequência curricular. O aluno, cuja avaliação englobar o conceito D ou E, será considerado **REPROVADO** e deverá matricular-se novamente na disciplina, respeitados os pré-requisitos e a compatibilidade de horários.

15.2 DA RECUPERAÇÃO

O professor poderá oferecer, durante ou ao final do semestre, avaliação em caráter de recuperação para os alunos que ficarem com conceito D.

16 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E BIBLIOTECA

Para o Curso Técnico de Contabilidade são garantidos todos os recursos necessários para o desenvolvimento do programa:

- Salas de aula com flexibilidade para as diversas atividades e metodologias de trabalho (individual e em grupo);
- Recursos visuais como TV;
- Vídeo e projetores multimídia;
- Biblioteca atualizada permanentemente com livros, periódicos, vídeos, jornais entre outros recursos;
- Salas para conferências e seminários; e
- Laboratórios de informática com programas específicos da área contábil.

17 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

O pessoal docente e técnico correspondem a profissionais selecionados por concurso público (professor efetivo/técnico) ou por seleção simplificada (professor substituto) conforme as normas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre.

O Campus Porto Alegre conta, atualmente, com os seguintes professores efetivos na área de Contabilidade:

- **Egon Clauss Steinstrasser**
Bacharel Ciências Contábeis
Licenciatura Ensino 2º grau
Especialista em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
- **José Luiz Machado Lopes**
Bacharel Ciências Contábeis
- **Romeu Ari Calsing**
Bacharel Ciências Contábeis
Especialista em Administração Agro-industrial
- **Sonia Beatriz Silveira Alves**
Bacharel em Ciências Contábeis
Especialista em Gestão Empresarial
Mestranda em Ciências Contábeis
- **Carmem Haab Lutte Cavalcante**
Bacharel em Ciências Contábeis
Mestre em Ciências Contábeis
- **Diego de Oliveira Carlin**
Bacharel em Ciências Contábeis
Especialista Controladoria e Planejamento Tributário
Mestre em Ciências Contábeis

O Curso Técnico em Contabilidade também conta com professores de outras áreas, tais como Direito, Matemática, Português, Inglês Instrumental, Estatística e Psicologia Organizacional.

18 CERTIFICADOS E DIPLOMA

O Curso Técnico em Contabilidade não tem certificação parcial.

Fará jus ao certificado o aluno que completar as 960 horas correspondentes a todas as disciplinas do curso.

19 CASOS OMISSOS

Os casos omissão serão encaminhados para a Coordenação do Curso Técnico em Contabilidade e Direção de Ensino.

20 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei 6.404, de 15/12/1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Texto Compilado.

BRASIL. Lei 10.406, 10/01/2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

BRASIL. Lei Complementar 123, de 14/12/2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

BRASIL. Decreto n. 6.022, de 22/01/2007. **Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS) Campus Porto Alegre. **RESOLUÇÃO Nº 022 /2009. Estabelece normas de matrícula**, trancamento da matrícula, avaliação, transferência, reingresso e aproveitamento de estudos, dos Cursos Técnicos, para os alunos ingressantes a partir de janeiro/2009. Porto Alegre, IFRS, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasil, 2008.

SANGOI, Paulo Roberto. **Da Escola Técnica da UFRGS ao Campus Porto Alegre do IFRS – 1909 a 2009**. Disponível em http://www.poa.ifrs.edu.br/?page_id=3342. Acesso em 22.11.2010.